

TRABALHO IMATERIAL NO PROCESSO DE INDIVIDUALIZAÇÃO: CONECTANDO E DESCONECTANDO OS INDIVÍDUOS

Alysson Hubner*

Resumo

O artigo procura analisar algumas das transformações do trabalho na sociedade contemporânea. O ensaio inicia com o questionamento do conceito de trabalho enquanto categoria fundamental para a sociologia em Offe (1989), e as transformações do significado social do trabalho a partir da análise de Beck (2003). A seguir são analisadas algumas das especificidades do trabalho imaterial em Gorz (2005), que indica a “mobilização total” e o “auto-empresendedor” como algumas das novas formas assumidas por esta forma de trabalho, sendo possível correlacioná-las ao processo de *individualismo institucionalizado* observado por Beck (2003), como um mecanismo que torna suscetível tais processos. O final do ensaio sugere que o trabalho imaterial pode ser analisado a partir de um duplo processo, que conecta os indivíduos a partir da *desterritorialização da cooperação* das empresas, mas que pode desconectá-los simultaneamente, a partir da *interiorização do mercado* (BECK, 2003), bem como da *informalização* analisada por Antunes (2007).

Palavras chave: Trabalho imaterial. Individualização. Auto-empresendedorismo.

Abstract

This article aims to analyze some of the transformations of work in contemporary society. The essay begins with the questioning of the concept of work as a fundamental category for sociology in Claus Offe (1989), and the changing social meaning of work from the analysis of Ulrich Beck (2003). The following are considered some of the specifics of immaterial labor in Andre Gorz (2005), that indicates the "total mobilization" and "self-starter" as some of the forms taken by this new way of working, is possible to relate them to the process of institutionalized individualism observed by Beck (2003), as a mechanism that makes it susceptible to such processes. The end of the test suggests that the immaterial labor can be analyzed from a double process, that connects individuals from the deterritorialization business cooperation, but that can disconnect them both from the internalization of the market (Beck, 2003), as well as informalização by Antunes (2007).

Keywords: Immaterial work. Individualization. Self-entrepreneurship.

*Doutorando em Sociologia - UFPB - alyssonhubner@yahoo.com.br

Introdução

Em que medida as categorias sociológicas clássicas são ainda suficientes para a observação da sociedade contemporânea no que tange as relações sociais relativas ao trabalho?

É possível aproximar o pensamento de Clauss Offe e Ulrich Beck no que se refere aos questionamentos dos autores, que indicam e sugerem a necessidade da reformulação teórica na sociologia, a fim de captar a nova realidade social presente no mundo do trabalho - como será visto, Beck (2003) observa que a sociologia tem utilizado “*categorias zumbis*”. Assim, as noções de “capitalismo cognitivo”, “economia do imaterial”, “sociedade do conhecimento”, dentre outras, estariam emergindo como uma tentativa de conceituar esta nova dinâmica das relações sociais, bem como do mundo do trabalho (Gorz, 2005).

Outra interface que é possível estabelecer entre os dois autores é a observação da denominada “cultura do desemprego” (OFFE, 1989) e os “desempregados voluntários” analisados por Ulrich Beck (2003), o que estaria alterando significativamente a compreensão do trabalho enquanto um valor social.

A vigência do trabalho imaterial analisada por Gorz (2005) e as especificidades desta forma de trabalho, também contribuem para uma condição *sui generis* nas relações sociais, como no caso da “mobilização total”, processo em que o trabalho passa a invadir outras esferas sociais para além do trabalho. Como será analisado, este contexto de “mobilização social” caracterizado por André Gorz (2005) só é possível a partir do *individualismo institucionalizado* observado por Ulrich Beck (2003), na qual está presente o processo de individualização, que torna concomitantemente suscetível o “auto-empendedor” (GORZ, 2005), sugerindo que a “pessoa torne-se uma empresa”.

No final, o trabalho imaterial é analisado a partir de uma perspectiva dupla (um aparente paradoxo), em que os indivíduos passam a estar conectados e desconectados simultaneamente. A conexão ocorre através da *desterritorialização da cooperação* das empresas (BECK, 2003) que permite o exercício do trabalho em locais separados geograficamente, processo também compreendido sob a perspectiva da globalização. Por outro lado a desconexão pode ocorrer em situações provenientes da dinâmica da “gestão por objetivos” (GORZ, 2005) que implica no estabelecimento de determinadas metas, que uma vez atingidas desvinculam os indivíduos, como no caso dos trabalhadores temporários. Esta última situação também pode ser observada pela ótica da *informatização* estar acompanhada pela *informalização* (ANTUNES, 2007), em que, de acordo com o autor, a retirada do Estado nas questões relativas ao trabalho, estaria desprotegendo os trabalhadores, desconectando-os das funções que outrora eram do Estado.

1 Trabalho imaterial no processo de individualização

A análise do trabalho enquanto categoria fundamental a partir da perspectiva sociológica é problematizada por Claus Offe (1989). De acordo com o autor, nas tradições

clássicas da sociologia, o trabalho ocupa uma posição de destaque, uma condição estratégica na teoria social. Mesmo havendo diferenças metodológicas e nos resultados teóricos nas abordagens de Marx, Weber e Durkheim, o trabalho é central enquanto um dado social, constituindo o ponto de partida empírico dos autores, na qual o trabalho ocupa um sentido quantitativo “em sua forma *pura*, isto é, livre da imiscuição de outras esferas da ação e das funções sociais” (OFFE, 1989, p.14). Claus Offe passa a questionar se essas suposições macro sociológicas clássicas podem ser sustentadas hoje.

Os temas das pesquisas nas ciências sociais (conferências, publicações, monografias, dissertações, teses, etc.), estariam colocando o trabalho produtivo como algo não central enquanto um princípio organizador da vida social, sendo este decréscimo observado de maneira gradual ao longo das últimas décadas – década de 50 em diante (OFFE, 1989). O deslocamento da esfera do trabalho se reflete nas pesquisas sobre os papéis dos sexos, da família, da saúde, bem como no denominado “subjetivismo sociológico”, pautado em pesquisas acerca do cotidiano, sugerindo que “*as experiências feitas no trabalho e o potencial de conflitos daí resultante são constituídos, fragmentados e diferenciados por interpretações próprias ou alheias, elaboradas fora do ambiente de trabalho*” (OFFE, 1989, p.17).

A partir desta constatação, Clauss Offe passa a analisar três indícios para sugerir que o trabalho não ocupa uma posição de centralidade como outrora.

O primeiro indicativo refere-se aos aspectos múltiplos do trabalho, a sua fragmentação qualitativa que impossibilita tomá-lo como ponto de partida analítico para compreensão de identidades, agregados culturais, políticos e sociais (OFFE, 1989). Assim, estes agregados sociais para além do trabalho, e fragmentados dentro do próprio trabalho, estão inseridos

em esferas nas quais os que trabalham não são ‘empregados’, mas sim membros de famílias ou de unidades domésticas, de entidades compulsórias como exércitos e prisões, ou de uma economia subterrânea (ou de trabalho clandestino) semilegal ou criminalizada (OFFE, 1989, p. 22).

Embora o “setor secundário” focado na produção industrial ainda possua uma relativa homogeneidade, isso não estaria ocorrendo com o “setor terciário”, caracterizado pelo trabalho em serviços, tornando-se progressivamente reflexivo. Deste modo, o trabalho na produção de serviços se difere da produção de bens em vista da função técnica do trabalhador ser mais flexível, não marcada pela repetição, bem como nas “utilidades” prestadas. (OFFE, 1989). Como consequência, na produção de tal bem não poderia ser pré-determinado seu volume, tempo, local, características que delimitam seu *critério de economicidade* (OFFE, 1989).

Embora o trabalho em serviços seja indispensável funcionalmente, ele não é estruturado internamente. As especificidades desta forma de trabalho de acordo com Clauss Offe caracterizam-no como “corpo estranho imprescindível”, passando a ser qualificado, portanto, por essa ambivalência de dependência e especificidade.

A segunda dúvida lançada por Offe advém da centralidade do conceito de trabalho para aqueles que trabalham. Desta maneira, o autor analisa dois mecanismos que “fariam o trabalho desempenhar um papel central na organização da existência pessoal” (OFFE, 1989, p.26). O primeiro é a *normatização como obrigação*, em que o trabalho seria moralmente

correto. O segundo é a *instalação como imposição*, na qual o trabalho é uma condição de sobrevivência física. Assim, seria preciso verificar o colapso de um ou outro mecanismo.

Quanto ao primeiro aspecto constata-se a irrelevância da esfera do trabalho proveniente da desagregação dos ambientes de vida caracterizado por um “contexto de vida secundariamente composto pelo trabalho, por tradições familiares vinculações a organizações, lazer, consumo e instrução” (OFFE, 1989, p. 28). Esta evasão da esfera do trabalho advém da falta de continuidade na vida profissional, assim como na diminuição do tempo dedicado ao trabalho, tendo como consequência outros aspectos que passam a constituir a vida dos sujeitos, uma vez que “se expande cada vez mais o tempo livre, no qual outras experiências, orientações e necessidades são determinantes” (OFFE, 1989, p. 28). Assim, o trabalho constitui um aspecto dentre outros na formação das identidades coletivas e individuais.

A partir dos anos 70 observa-se que as lutas por *melhores condições* de trabalho migraram em parte para lutas *contra* o trabalho, uma vez que o trabalho perde em grande medida seu caráter de *normatização como obrigação*, implicando em uma utilidade negativa do trabalho, transferindo os valores da “sociedade do trabalho” para uma “cultura do desemprego”, seja ela por instabilidade ou permanência (OFFE, 1989).

Parte deste aspecto é analisado por Ulrich Beck (2002). De acordo com o autor, em um determinado momento o trabalho que se impõem como princípio da sociedade burguesa possibilita o controle por parte das estruturas sociais, em que as biografias e as identidades dos sujeitos necessariamente passavam a ser constituídas por seu princípio (externamente aos indivíduos). Já a situação de “desemprego voluntário” (observado como uma realidade social contemporânea) coloca em xeque tais princípios pautados no sentido do trabalho de outrora, pois esta iniciativa presente no contexto alemão (mais especificamente na capital, em Berlim) os denominados “Desempregados Voluntários” afirmam que

nós, desempregados, nada temos de desempregados nesse sentido, somos “plenamente ocupados”, sabemos muito bem nos ocupar. No entanto, precisamos do auxílio-desemprego para fazermos o que nos é importante (BECK, 2002, p.166).

Nesta peculiar perspectiva, os espaços que tais sujeitos ocupam na sociedade são novos, na medida em que eles percebem-se fora da sociedade do trabalho, na qual os mesmos possuem atividades que acreditam serem relevantes para eles mesmos, inaugurando uma nova forma de existência, para além da forma de trabalho produtiva padronizada, mas preocupada mais com o prazer dos próprios sujeitos, centrada pela perspectiva do indivíduo, fundando uma especificidade no significado social do trabalho para os trabalhadores, qualidade de uma sociedade pós-trabalho (BECK, 2002).

Neste aspecto de transformação, o “trabalho foi deslocado de seu *status* de fato vital central e óbvio não apenas em termos objetivos, mas também perdeu tal *status* na motivação dos trabalhadores” (OFFE, 1989, p.33). Assim, o trabalho se altera em dimensões mais amplas, atingindo concomitantemente aos aspectos subjetivos e objetivos.

A terceira observação de Clauss Offe refere-se ao questionamento da validade dos conceitos de “sociedade industrial” e de “capitalismo” para a formulação teórica da sociologia. A partir deste questionamento, o autor chega a seguinte indagação:

essa é a questão - quais seriam os conceitos estruturais e as noções de conflito sociologicamente aplicáveis à descrição de uma sociedade que, no sentido apontado, não é mais uma 'sociedade do trabalho'? (OFFE, 1989, p. 34).

A necessidade da formulação de uma teoria que procure captar os novos aspectos sociais para além do trabalho, no que tange a política, a cultura e as demais esferas sociais, estão ligadas a atualização da teoria na procura da análise destas esferas sociais dinâmicas. Estes conceitos que não se coadunam a nova realidade social Ulrich Beck (2002) denomina de *categorias zumbi*, as quais condicionam a visão da realidade social que não condiz a observação da mesma realidade. Assim: “Categorias zumbis são categorias mortas-vivas que nos assombram a mente e determinam a nossa visão de realidades as quais desaparecem cada vez mais.” (BECK, 2002, p.14). Neste ponto os dois autores passam a indicar a necessidade de uma reformulação da teoria sociológica.

Para Clauss Offe (1989), na perspectiva do trabalho vinculado as estruturas sociais que lhe dizem respeito, existiriam elementos teóricos claros suscetíveis de operacionalizar esta relação entre práticas sociais observadas e a construção teórica. Entretanto, na perspectiva dos aspectos ligados ao “modo de vida” esta construção teórica seria menos clara.

A fim de demonstrar as alterações na dimensão do trabalho, Beck (2002) indica algumas destas transformações partindo de um breve resgate do seu significado histórico. O trabalho na Antiguidade grega possuía uma conotação de estigma, na qual os sujeitos que trabalhavam não eram considerados membros da sociedade, uma vez que a estrutura social era eminentemente política (constituição da comunidade política), sendo até mesmo negada as atribuições humanas as mulheres e escravos (aqueles que trabalhavam) que eram por sua vez excluídos do processo político (BECK, 2002). A partir da Primeira Modernidade começa a ocorrer uma redefinição do trabalho, em que este passa a incorporar a centralidade da identidade social, bem como da segurança existencial e posição dos sujeitos na sociedade (o que se reflete na centralidade do conceito trabalho na teoria sociológica clássica observada anteriormente em Clauss Offe). Na Segunda Modernidade a transformação do significado do trabalho passa novamente a ser alterada, mas agora para o seu esvaziamento, “pode-se dizer que estamos no fim da sociedade do pleno emprego no sentido clássico” (BECK, 2002, p. 160-161). A situação de pleno emprego, em que o sujeito passava a exercer um determinado trabalho por toda sua vida, converte-se em uma realidade cada vez menos verificada, tornando-se fragmentada (nas dimensões espacial, temporal e contratual), em parte pela tecnologia da informática, passando o trabalho a caracterizar-se pela sua flexibilização (BECK, 2002).

Dentre as maiores modificações na análise do trabalho no que se refere à tecnologia do trabalho apontada por Beck (2002), está relacionada à emergência e vigência do trabalho imaterial (GORZ, 2005). O pertencimento da cultura do cotidiano, que se refere ao “saber da experiência, o discernimento, a capacidade de coordenação, de auto-organização e de comunicação” (GORZ, 2005, p. 9). A dificuldade nesta peculiaridade de trabalho está relacionada à verificação dos fatores que determinam a criação de valor, pois desde Adam Smith o valor poderia ser mensurável pelo tempo de trabalho, entretanto, os “fatores que determinam a criação de valor são o ‘componente comportamental’ e a motivação e não o tempo de trabalho dispendido” (GORZ, 2005, p. 9-10).

Neste contexto de predomínio do trabalho imaterial está presente o *individualismo institucionalizado* - processo de individualização (BECK, 2002) – processo em que

as instituições básicas centrais da sociedade, como a educação, os direitos sociais, políticos e civis, assim como as oportunidades de participação no mercado e trabalho e os processos de mobilidade, estarem voltadas para o indivíduo, não para o grupo ou a família. Isso acelera o conjunto da individualização (BECK, 2002, p. 23).

A individualização acompanha à própria concepção das empresas, pois os indivíduos passam a se transformar em empresas, dando margem a auto exploração, situação na qual as comunicações dos empreendedores afirmam que: “*A pessoa é uma empresa*” (GORZ, 2005, p.10). “*A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa.*” (Idem, p.23). Tais situações são verificadas, sobretudo, nos setores vinculados a arte, a ciência e a tecnologia, mas especialmente a inovação, como por exemplo, o marketing e a propaganda que tornam obsoletos os produtos existentes, em vista da dinâmica da criação deste processo que fabrica por sua vez “valores simbólicos, estéticos e sociais” (GORZ, 2005, p. 11).

O “capitalismo cognitivo”, a “economia do imaterial”, a “sociedade do conhecimento” e o “capital da inteligência” são algumas das noções que emergem neste contexto para caracterizar a sociedade, aonde o “conhecimento (*knowledge*) é considerado como a ‘força produtiva principal’” (GORZ, 2005, p. 15). Tal conhecimento está relacionado à tríade: inteligência, imaginação e saber, que juntos compõem o “capital humano” (GORZ, 2005).

É importante salientar uma diferença substancial na produção aplicada ao conhecimento, sendo que antes este conhecimento era aplicado a partir de conteúdos formalizados, e estava, portanto, desvinculado do indivíduo, em que o mesmo para produzir, apenas reproduzia sem que houvesse possibilidades de inovação a partir do indivíduo. Agora o conhecimento está vinculado ao indivíduo, na medida em que a produção e o seu desenvolvimento consideram a sua motivação, competência e imaginação a fim de produzir e criar a partir do próprio indivíduo, estando à produção sujeitada a ele, conecta concomitantemente a inovação ao mesmo.

O desempenho repousa sobre sua implicação subjetiva, chamada também ‘motivação’ no jargão administrativo gerencial. O modo de realizar as tarefas, não podendo ser formalizado, não pode tampouco ser prescrito. O que é prescrito é a subjetividade... As qualidades... que dele são esperadas, são o discernimento, a capacidade de enfrentar o imprevisto, de identificar e de resolver problemas (GORZ, 2005, p.18).

Como nesta situação fica impossível mensurar o trabalho imaterial, para poder atingir suas finalidades as empresas consideram os objetivos, traçando metas para os trabalhadores atingirem, ganhando notoriedade no meio administrativo a denominação de “gestão por objetivos” (GORZ, 2005). Essa forma de trabalho se assemelha a prestação de serviços, acabando por deixar o trabalho material marginalizado. Embora o trabalho material continue a ser indispensável ele torna-se subalterno, uma vez que o trabalho imaterial cresce de maneira gradativa, predominando sobre o trabalho material, sobrepondo-se a ele, pois “o centro da criação de valor, é o trabalho imaterial” (GORZ, 2005, p.19).

No trabalho imaterial, o trabalho passa a se estender para além do trabalho a fim de atingir seus objetivos vinculados as metas. Pois a questão que emerge é a seguinte: em quais momentos o trabalhador exercita a capacidade de improvisação e cooperação que lhes são exigidos? Gorz (2005) afirma que o fordismo separa o cotidiano da esfera do trabalho. Essa relação se inverte para os trabalhadores pós-fordista, uma vez que o trabalho invade os demais espaços dos indivíduos, sendo justamente nas atividades fora do trabalho (lazer, esportes, jogos, lutas, disputas, teatro, etc.) que os trabalhadores adquirem as capacidades de cooperação e improvisação (GORZ, 2005). Para caracterizar este processo novo de invasão do trabalho para as outras esferas sociais, o autor denomina de “exploração de segundo grau”.

Para Gorz (2005) o saber vivo está conectado em rede, sincronizado com outros saberes, e sua atividade é produzir a si mesmo a partir do princípio da continuidade renovada, da inovação. Diferentemente do trabalho material que produz algo materialmente palpável, o “trabalho do saber vivo não produz nada materialmente palpável” (GORZ, 2005, p. 20). Um exemplo desta conexão dos saberes são os computadores partilhados de maneira universal, sendo um instrumento de livre acesso.

Gorz (2005) utiliza a noção de “mobilização total” para compreender esta característica de invasão do trabalho para outras esferas da ação dos trabalhadores. Assim, no trabalho imaterial a produção de si apela para as atividades livres (como as afetivas), localizadas fora do trabalho, trazendo como implicação dificuldades para considerar o que esta do lado de “dentro” e do lado de “fora” do trabalho (GORZ, 2005). Com isso, ao invés de haver um encolhimento ou uma diminuição do trabalho para aqueles que trabalham, ficando este restrito apenas a sua esfera de ação imediata, ocorre justamente o contrário, pois ele invade outras dimensões, expandindo-se para além do trabalho.

Embora possa existir uma relativa liberdade por parte do trabalhador para poder escolher os momentos de exercer a sua atividade (parte do que se entende por flexibilização do trabalho), não é possível para o trabalhador desvincular-se dos objetivos a serem atingidos, o que implica por um lado uma relativa liberdade de tempo e espaço de exercício da atividade laboral, decorre em uma “mobilização total” por parte do trabalho, em que o sujeito passa a estar constantemente submetido.

O mesmo ocorre na situação do auto-empresendedor, que além de atingir os determinados fins, os denominados objetivos, precisa ele vincular para si todos os aspectos da empresa, intensificando o *individualismo institucionalizado* (BECK, 2002) citado anteriormente. Desta maneira, muito além dos fins, das metas estipuladas, o indivíduo necessita vincular os meios empregados presentes na gestão da empresa, extrapolando mais uma vez a dimensão da ação na esfera do trabalho, cabendo a ele – e não a empresa ou ao Estado – o papel da qualificação para a sua inserção.

Nessa concepção, haverá apenas empresas individuais de prestação de serviços individuais. Cada um deverá se sentir responsável por sua saúde, por sua mobilidade, por sua adaptação aos horários variáveis, pela atualização de seus conhecimentos. Cada um deverá gerir seu capital humano ao longo de sua vida, deverá continuar a investir em estágios de formação... (GORZ, 2005, p. 24).

De acordo com Gorz (2005) cerca de 90% das cem maiores empresas americanas serão formadas por trabalhadores instáveis (autônomos, substitutos, temporários, etc.). Estes auto empreendedores estariam crescendo significativamente na Grã-Bretanha, Itália e

Suécia, sendo que às consequências para as empresas é de não investir na qualificação dos trabalhadores (estejam eles inseridos na empresa, ou sendo submetidos à avaliação para contratação), podendo apropriar-se dos mesmos sem custos para as empresas (GORZ, 2005).

A noção de empresa é marcada por um duplo processo que envolve a *desterritorialização da cooperação* e a *interiorização do mercado* (BECK, 2003). A primeira é o resultado da cooperação desvinculada de espaços sociais próximos, mas que estão conectados distantes uns dos outros, interagindo em locais geograficamente heterogêneos e distantes, mas que possibilitam a organização e cooperação (Idem, 2002). A segunda refere-se “a possibilidade de tornar autônomos os setores que, possivelmente, se relacionem entre si nos moldes do mercado” (BECK, 2002, p. 177). Este último processo suprime a unidade da empresa.

Através da *desterritorialização da cooperação* é possível ser compreendido o processo de globalização, amplamente disseminado na teoria sociológica, que permite compreender o distanciamento do tempo-espaço através do *desencaixe*, assim como o aniquilamento das fronteiras e a emergência dos *Estados transnacionais* (BECK, 199).

Já o processo de *interiorização do mercado* (BECK, 2002) possibilita compreender o advento do *auto-empendedor* (GORZ, 2005) e vice-versa. O auto-empendedor necessita buscar por si só a qualificação necessária a fim de conseguir o emprego almejado, bem como manter-se inserido (ou com possibilidades de sê-lo) na empresa. Esta situação só é possível em vista da *interiorização do mercado*, que torna os sujeitos autônomos, aniquilando uma possível unidade de organização, pois torna a noção de centro sem sentido, uma vez que ela está fragmentada.

O trabalho imaterial pode ser compreendido a partir de um duplo processo que conecta e desconecta os indivíduos: a parte que conecta os sujeitos é própria da dinâmica em rede, na qual os indivíduos passam a estar vinculados independentemente dos espaços sociais em que estão inseridos. Por outro lado, desconecta os indivíduos das empresas em dois sentidos: um no que se refere à qualificação ou ao aperfeiçoamento, uma vez que a individualização sugere que os indivíduos busquem tais escopos por si. E também no nível da autonomia, pois uma vez atingido os objetivos, como no caso da prestação de serviços (o que André Gorz observa na denominada “gestão por objetivos”) estes mesmos indivíduos passam a estar desconectados desta mesma rede, caso estejam inseridos nos trabalhos temporários.

Situação similar e aparentemente paradoxal é observada por Antunes (2007), que percebe de que maneira tecnologia caminha com a informalidade, ou seja, a informatização tem acompanhado a informalização: “em plena era da *informatização* do trabalho, do mundo *maquinal*, e *digital*, estamos conhecendo a *época da informalização* do trabalho, dos terceirizados...” (ANTUNES, 2007, p. 16).

Este surgimento dos *cyberproletários*, e outros trabalhadores subcontratados, estariam distantes da legislação trabalhista, estando os trabalhadores cada vez mais desprovidos de direitos, sem carteira de trabalho, fato o que o autor denomina de “*processo de precarização estrutural do trabalho*” (ANTUNES, 2007, p. 17), em que ocorre o desmantelamento da legislação protetora dos trabalhadores.

Na conjuntura política a retirada do *Estado de Bem-Estar-Social (Welfare State)* é que possibilita tal situação (ANTUNES, 2007), uma vez que o papel do Estado passa a ser modificado, tornando suscetíveis as “regras” relativas ao Estado mínimo regerem os princípios empregatícios. Neste sentido, a consequência da retirada do Estado nas funções de proteção aos trabalhadores, desconecta mais uma vez o indivíduo, agora na sua relação com o Estado.

Esse “novo” tipo de trabalho para Antunes (2007) é multifuncional, coloca em xeque o princípio da especialização, e gera, por sua vez, a “desespecialização multifuncional”. A “mobilização total” a que se refere Gorz (2005) pode ser analisada sob a ótica de Antunes (2007) como a ampliação da exploração do trabalho, na medida em que este possui como resultado a intensificação da extração de trabalho.

Conclusão

A partir do exposto foi possível observar algumas das transformações da sociedade e na esfera do trabalho na contemporaneidade apontadas pelos autores. A observação da emergência da “cultura do desemprego” (OFFE, 1989) e dos “desempregados voluntários” (BECK, 2003) são alguns dos elementos que constituem o alicerce da crítica ao trabalho enquanto um valor social. Neste sentido, é possível inferir que estes fatos não podem ser negligenciados pela teoria social, o que implica numa relativa redefinição da teoria sociológica.

As noções de “trabalho imaterial”, “mobilização total”, “auto-empendedor”, “gestão por objetivos” (GORZ, 2005), bem como de “individualização” (BECK, 2003), são alguns dos instrumentos analíticos que emergem da observação desta nova realidade, permitindo articulá-los entre si a fim de capturar as especificidades destas relações da sociedade contemporânea.

As conexões e desconexões dos indivíduos a partir destas novas dinâmicas estão inseridas numa conjuntura social e política que articula e desarticula as relações dos indivíduos com as estruturas sociais existentes, na qual os indivíduos tornam-se (ou precisam tornar-se) flexíveis a fim de estarem empregados ou encontrar o seu trabalho. Esta flexibilidade está relacionada a momentos que os indivíduos estão isolados, jogados a própria sorte, mas que estão conectados concomitantemente, uma vez inseridos no processo.

Referências

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

BECK, Ulrich. **Liberdade ou Capitalismo**. UNESP: São Paulo, 2003.

BECK, Ulrich. **O que é Globalização?** equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GORZ, André. **O imaterial**: conhecimento, valor e capital. São Paulo: AnnaBlume, 2005.

OFFE, Clauss. **Trabalho e Sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho, v. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
